

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da abertura do 1.º Seminário Defesa e Sociedade: Qualificações na Defesa e Sociedade

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 21 de novembro de 2022

É com enorme gosto que abro esta manhã o 1º Seminário Defesa e Sociedade, uma iniciativa da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional sobre o tema das qualificações – uma área prioritária para o Governo. Trata-se de uma **oportunidade valiosa para alargar o diálogo com a sociedade e, em conjunto, refletir sobre como poderemos potenciar a capacidade qualificante dos Sistemas de Formação Profissional da Defesa.**

Portugal dispõe, atualmente, de um conjunto de importantes instrumentos para acompanhar e intervir nas **políticas de recrutamento, retenção e reinserção** relativas aos efetivos das Forças Armadas. Destaco, em particular, o **Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar**, adotado em 2019, e que se encontra em fase de revisão por uma comissão dedicada para esse efeito, liderada pela Prof. Dra. Ana Santos Pinto. Um dos desafios que suscitou a necessidade dessa revisão prende-se precisamente com a questão de como melhor assegurar um **reforço das**

qualificações e uma melhoria da aquisição de competências no serviço militar.

Este é um eixo central da modernização das Forças Armadas, mas é também um desafio partilhado com a sociedade em geral. Sabemos que **as qualificações e as competências são o principal motor da competitividade e da coesão social**. A generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de habilitações tem sublinhado a necessidade de se reforçar a orientação das competências para uma lógica de dupla certificação, profissional e escolar, adaptada a cada setor de atividade.

Como forma de atingir esse objetivo mais alargado, é fundamental o envolvimento de todos os atores institucionais relevantes para este processo. **A Defesa Nacional não é exceção, podendo e**

devendo fazer a sua parte em prol da melhoria da qualificação escolar e profissional da população portuguesa.

Sabemos bem que o serviço militar não é apenas mais um emprego. Em Portugal, como noutros países, o que atrai os jovens são as características únicas da instituição e das suas atividades. Mas é **também** um emprego, oferecendo amplos percursos formativos e áreas profissionais.

Atendendo ao volume de formação ministrada pelos diferentes Sistemas de Formação Profissional da Defesa, bem como ao número de pessoas que deles usufruem, sabemos qual o caminho que deve ser seguido: o da **promoção de um alinhamento crescente e contínuo com os requisitos do Sistema Nacional de Qualificações.**

Na componente militar da Defesa Nacional, isso implica **acrescentar valor ao atual modelo de serviço militar, fomentando a qualificação e empregabilidade daqueles que escolhem ingressar nas Forças Armadas e ir ao encontro das expectativas daqueles que já se encontram nas fileiras.**

Aos que agora ingressam, pressupõe oferecer uma oportunidade de emprego em paralelo com um percurso verdadeiramente profissionalizante, que vise o incremento das qualificações e que seja facilitador da transição para o mercado de trabalho após a prestação do serviço militar. Para os que já se encontram nas fileiras, implica adicionalmente trabalhar para a implementação a breve trecho de medidas como **o Quadro Permanente de Praças do Exército e da Força Aérea**, que assegurarão, por sua vez, mecanismos para o reforço da carreira nesta categoria.

Acima de tudo, devemos conseguir **valorizar cada pessoa, permitindo que, para além da qualidade do seu contributo para a instituição, possa, na transição para a vida civil, constituir-se também como um elemento promotor do tecido económico e da coesão social do país.**

O nosso compromisso com este desígnio é claro. Basta recordar que a própria condição militar pressupõe o direito e o dever de receber formação de atualização e progressão, com vista à valorização humana e profissional. Para o Estado – e para a sociedade – **este aspeto é de particular importância se desejamos ter umas Forças Armadas prontas, modernas e capazes de cumprir as suas missões.**

Mas a implementação de uma efetiva valorização passa também por uma **maior responsabilização das diferentes instituições,**

militares e civis, em promover a aquisição de novas competências que conduzam a uma maior eficácia e eficiência organizacionais e a um maior desenvolvimento do potencial humano da Defesa.

Estou ciente que este é um desafio exigente para as Forças Armadas, sobretudo ao nível da formação profissional inicial para o ingresso no serviço militar. Devemos por isso **assegurar que esse mesmo ingresso continua a proporcionar as competências básicas** para operações em diferentes domínios, adequando-se às exigências das novas missões, muitas vezes desenvolvidas em cooperação com outras forças e dispositivos, sejam militares ou civis, nacionais ou internacionais.

Mas este trabalho não se limita ao domínio militar tradicional. **Existe também um ecossistema rico em competências e**

qualificações na componente não-militar da Defesa Nacional que merecem o seu lugar no Catálogo Nacional de Qualificações.

Por outro lado, **necessitamos de adotar uma visão prospetiva e saber antecipar cenários futuros**. Cenários que podem passar por desenvolver novas capacidades, competências e qualificações em domínios como o Espaço ou o Ciberespaço.

Em todas estas situações será necessário garantir a interoperabilidade: interoperabilidade entre forças militares, serviços de proteção e segurança, entidades civis; entre processos de recrutamento, de formação e de reinserção; e entre sistemas de formação e certificação, sejam setoriais, nacionais ou internacionais. A futura competitividade das Forças Armadas far-se-á pela **articulação entre estas diferentes forças, processos e sistemas**, em paralelo com a atualização salarial e valorização das

carreiras que estão a ser trabalhadas no seio do Governo, e que esperamos possam vir a ter um impacto positivo para civis e militares da Defesa Nacional.

A organização deste 1º Seminário Defesa e Sociedade afigura-se como um **fórum particularmente útil para a discussão de todos estes temas**. Mas outras plataformas entretanto criadas poderão igualmente dar o seu contributo. A criação do **Conselho Setorial para a Qualificação (CSQ) Defesa e Segurança** no seio da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional permite desde logo estabelecer pontes importantes com outras áreas governativas de relevo, como a Economia, o Trabalho e a Educação. De igual forma, a criação da **Comissão Técnica para a Educação e Formação Profissional** no âmbito exclusivo da Defesa Nacional, e que teve a sua primeira reunião em setembro passado, irá certamente permitir a dinamização de um conjunto de novas

iniciativas e atividades entre a DGRDN e os Ramos das Forças Armadas.

Independentemente dos formatos que adotemos, devemos prosseguir com uma **visão conjunta, que assegure que toda a formação profissional ministrada no seio da Defesa Nacional seja efetivamente qualificante**, conferindo ou contribuindo para a obtenção de um nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações e/ou para a obtenção de um título profissional.

Para isso será necessário agregar os nossos esforços em torno de dois objetivos estratégicos: (1) por um lado, **promover o já referido alinhamento dos Sistemas de Formação Profissional da Defesa com o Sistema Nacional de Qualificações**; e (2), por outro, no caso das profissões regulamentadas, **promover um**

alinhamento com os requisitos nacionais e internacionais exigidos pelos diferentes setores de atividade.

Para cada um destes objetivos **devemos definir níveis de ambição e metas de curto, médio e longo prazo** que nos permitam materializar as políticas e programas atinentes à melhoria dos processos de educação e formação na esfera da Defesa Nacional.

Em suma, iniciativas como a que hoje tem aqui lugar concorrem para o objetivo maior de reforçar a **prioridade atribuída à qualificação e à valorização profissional dos efetivos**. Faço, por isso, votos de que o trabalho destes dois dias contribua para alargar o debate, identificar problemas e avançar propostas sobre áreas tão essenciais à segurança e defesa do Estado português, das suas instituições e dos seus cidadãos.

Muito obrigada.